

REMATE DE MALES, Campinas, (10): 7-12, 1990

MODERNIDADE?
1º SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA LITERÁRIA

SUZI FRANKL SPERBER
UNICAMP

INTRODUÇÃO

O 1º Seminário da Pós-Graduação em Teoria Literária, **Modernidade?**, realizou-se sob os auspícios do Departamento de Teoria Literária e do Instituto de Estudos da Linguagem, idealizado e coordenado por Suzi Frankl Sperber, de 19 a 22 de abril de 1988 na UNICAMP, Campinas. Ao ser batizado de "primeiro" houve a explícita intenção de que se seguissem outros, num ritmo ainda não definido.

A concepção do seminário da Pós-Graduação foi a de que era indispensável que os pós-graduandos apresentassem seus trabalhos de pesquisa e reflexão no estágio de realização possível no momento do seminário. Seria um seminário de trabalhos em processo. Os debates posteriores às apresentações serviriam para ajudar o interessado nos rumos futuros a serem seguidos por ele e por sua pesquisa.

Quando de sua realização, o seminário contou, nos diferentes dias, com os seguintes participantes de mesas-redondas:

19.04.

Manhã:

Modernidade e marginalidade geográfica. Os casos do Paraguai, do Cabo Verde e da Província de São Paulo.

Apresentaram trabalhos Jorge Aguadé Smith, Elisabete Masini e Eustáquio Teixeira Gomes.

Tarde:

Mito e símbolo na literatura.

Apresentação de Alckmar Luiz dos Santos.

20.04.

Manhã:

Anos 70.

Participaram Sônia V.M. Lúcio, Renato Bueno Franco e Tânia Pellegrini.

Tarde:

A Cidade e a modernidade.

Orna Messer, Carlos Eduardo S. Capela e Luiza Faccio.

21.04.

Manhã:

Nacional e popular.

Fernando Marcílio Lopes Couto, Fernando Bandini e Marcos A. Siscar.

Tarde:

Literatura e Educação.

Maria Alice C. Alves Rodrigues e Robêni Baptista Mamizuka.

22.04.

Manhã:

Portugal e a Modernidade.

Ana Tereza Murgel de C. Santos, Josiane Maria de Souza, Francisco A. Furlan, Paulo F. de Oliveira e Terezinha di Giulio.

Nem todos os participantes entregaram suas comunicações por escrito, não podendo ser publicadas em sua totalidade.

Houve também conferencistas, todos os dias, cuja contribuição foi inestimável e a quem agradeço: Jorge Coli, João Alexandre Barbosa, Flora Sussekind e Antonio Candido. Seus textos, contudo, também não farão parte deste volume, por estarem comprometidos, antes do evento, com outras publicações.

O presente volume é importante tanto para apresentar as contribuições ao seminário, como para dar indícios da reflexão e da pesquisa dos pós-graduandos em Teoria Literária, renovados agora. Além de que, os textos têm o mérito de pensarem, quase todos eles, a modernidade, título sugerido pelos participantes do evento, que também o organizaram.

- "Modernidade?" - tinha a ver com um tema até certo ponto comum aos trabalhos apresentados sobre a literatura brasileira: tratam de autores do séc. XX. Os trabalhos sobre a literatura Portuguesa, contudo, não estudavam todos o século XX e os problemas suscitados pelos autores abordados não envolviam, obrigatoriamente, a modernidade. Daí o ponto de interrogação do título.

A apresentação dos trabalhos não é homogênea, porque não correspondem a um projeto só, mas a projetos individuais, diferentes entre si. Isto não impede que se possa apreender aspectos que, em conjunto, compõem um quadro.

Nesta década de 80, decididamente entrada na pós-modernidade, tal como vista na Europa e nos EUA, qual seria o sentido de pensar a modernidade no Brasil? Em primeiro lugar, existe forte tendência, ainda, em concentrar os estudos acadêmicos na literatura contemporânea.

"No livro de Fidelino de Figueiredo, Estudos de Literatura, 2ª série, publicado em 1918, há um trabalho sob o título "Critério para a organização de uma antologia literária", prefácio da obra Antologia Geral da Literatura Portuguesa, no qual o autor explica o critério novo e, pode-se dizer, revolucionário que adotou na organização desta obra. Sendo o principal objeto do ensino literário a formação do gosto e o desenvolvimento do espírito crítico é "a literatura moderna que deve iniciar o estudante, porque sobre esta é que ele poderá for-

mular opiniões inteligentes e convictas. A literatura moderna reproduz-lhe a vida, que é melhor conhece, que o rodeia, mais próxima do seu sentir, mais coerente com a atmosfera de noções, de idéias gerais, de conceitos morais, que são a sua atmosfera ambiente; essa literatura fala-lhe a mesma língua que éle, usa os mesmos processos de diálogos, os mesmos modismos e neologismos, a mesma construção sintática e o mesmo vocabulário. A intimidade entre a obra-de-arte e o espírito do educando é mais rápida e mais profunda.”¹

Outro crítico - e professor - Antonio Candido, propôs que as pesquisas, num determinado momento, pelo menos, resgatassem a memória do passado imediato, do século presente.

Haveria outra razão para os estudos da modernidade: a compulsão em comparar a produção literária brasileira com outras, para contemplar nosso atraso, ou adiantamento e a inquieta busca de marcas de uma identidade literária. Vejamos qual o quadro constituído pelo conjunto das contribuições publicadas neste volume.

O estudo sobre o símbolo e a alegoria de Alckmar Luiz do Santos me faz pensar na produção literária brasileira das décadas marcadas pela repressão, tortura e censura. As narrativas deste período queriam referir-se à realidade imediata, mas não o podiam, usando a metáfora como ocultamento do censurado. Ao mesmo tempo, nessa época (fim dos anos 60 e anos 70) acumulam-se outros fatores. As forças militares do arbítrio e do poder desorganizam o mundo, reprimindo as falas sobre ele. Para falar sobre ele, ou o autor o denuncia, buscando saídas políticas para a falta de liberdade e para o preço social, ou adere à mídia, para não se comprometer. A sobrevivência do escritor depende do mercado, gerando o uso crítico - ou paródico - de formas da arte trivial, industrializada. Daí o emprego crítico frequente de lugares comuns nas narrativas, a partir do fim da década de 60 (vide Dalton Trevisan e Rubem Fonseca, por exemplo), com o fim de desmistificar uma sociedade. Ainda que através de alegorias, a literatura dos anos 70, ao querer refletir a realidade desagregada e ideologicamente violentada, cria um abismo entre a representação que faz da realidade e a realidade em si mesma. O sentido não chega a ser claramente abrangido, mas se apresenta como expressão da contradição, do conflito e da fragmentação.

Um dos debates da atual modernidade consiste em encontrar os instrumentos críticos e literários adequados e suficientes para abranger aspectos humanos e universais, que transcendem a imanência. A inadequação dos critérios e normas de certa crítica e da busca de novo instrumental é das mais recorrentes no conjunto de textos que seguem. A realidade local (isolamento, insulamento, no caso de Cabo Verde; o processo formador de público; os mecanismos de mercado; a atomização do mundo sócio-econômico-cultural, no caso da literatura brasileira dos anos 70; a “dessolidarização em relação ao caipira” pelas populações urbanas, “quando se intensifica, no Brasil, o processo de indiferenciação campo/cidade”) apresenta características especiais que determinariam outro tipo de relações e usos lingüísticos e estéticos, diferentes dos conhecidos e estudados até o presente. Começa a mover-se uma crítica de resistência à crítica de valores, procurando critérios capazes de dar conta de produções não catalogáveis pelas críticas anteriores. Neste sentido fica a pergunta sobre se os caminhos desta nova crítica não vêm nas obras recentes valores ainda dificilmente explicáveis, correspondentes a formas especiais e próprias de absorção daquilo que mais caracteriza a nossa pós-modernidade: a informática e os meios de comunicação de massa.

A modernidade (e o seu ponto de interrogação) nos debates revela que a mais profunda marca na literatura das últimas décadas é a nova onda de industrialização (sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial), iniciada por Juscelino Kubitschek com a abertura para montadoras de carros e veículos pesados. A industrialização trouxe conseqüências para o conceito de nacionalidade, para a imagem de Brasil para os brasileiros, para as mudanças de relação entre a obra de arte e a vida social. Talvez por isto o abismo entre o mundo urbano permanece nas obras literárias (salvo em casos como *Quarup*, de Antonio Callado), ou caminha para a integralização do binômio explorado-explorador, apresentando o novo explorador um vínculo com o capital internacional, multinacional.

Vale a pena, contudo, refletir mais a respeito. Até que ponto o explorador é diretamente multinacional? Qual o papel dos exploradores nacionais? Qual o papel da população em geral, que teve de aceitar a exploração por não poder se organizar politicamente? Desde quando vem a exploração e o arbítrio? Afinal, a República trouxe Floriano e Deodoro, isto é, os militares; a dívida externa e o Encilhamento. O processo de industrialização mais intenso (1954 em diante) coincidiu com um período de democracia, que, contudo, convivia (e convive ainda) com paternalismo e cooptação. É um sistema de troca, em que os objetos trocados são desiguais: o que é de direito é concedido, parcial e tortamente, como vantagem, em troca de manipulações econômicas que permitem que parcelas no poder obtenham, elas sim, imensas "vantagens" ilícitas, corruptas. O explorador é multinacional? Certamente há interesses inter e multinacionais. Mas não é só isso que caracteriza o panorama sócio-político. Do ponto de vista da literatura, há também alguns nós. Na década de 50 aparecem as primeiras manifestações da poesia concreta. Os poetas concretos têm imediatamente contacto com concretistas alemães, havendo troca e reconhecimento mútuo. Sua proposta tem a ver com a linguagem plástica, sendo experimental. O desejo de absolutização dos valores leva a um conflito entre estes e os que são favoráveis a uma literatura de conteúdos, menos fundamental e exclusivamente experimental. O conflito gera polêmicas, um tanto abafadas. Estas levam ao questionamento da função da crítica e do crítico. E pergunta-se: qual é o bom escritor? O que experimenta nova linguagem e formas, ou o que é engajado? Esta polarização indicia o desejo de absolutizar um dos lados. É verdade que o regime militar entre 1964 e 1983 (em que começa o mandato dos primeiros governos estaduais eleitos por voto direto após 1964) obriga os intelectuais ao engajamento. Mas este leva a categorizações apressadas. Lembra a situação com a qual conviveram - sem explicitá-lo em suas obras - os modernistas: maximalismo, ou minimalismo? Engajamento via Barbusse, ou futurismo formal (sei que o futurismo não foi só renovação, mas retrocesso autoritário, fascista). Superamos, já às beiras de um novo século, os debates do início deste século já velho?

Volto ao Seminário e aos textos deste volume.

Não só os problemas sócio-políticos interessam ao literato brasileiro contemporâneo. O maior problema é a definição da cultura própria, nacional, confrontada com a cultura de origem, numa primeira instância, e com as culturas das nações poderosas, em segunda instância. O problema é colocado por haver, ainda, resíduos de auto-imagem negativa, pobre. Com excessiva freqüência, o parâmetro do bom e do belo está lá e não cá: Paraíso Perdido permanente, eterno, parece.

Como se constrói um projeto nacional de literatura quando um dos construtores do projeto é de origem e formação não nacional? Esta pergunta, surgida a partir do estudo de Josefina Plá (e de seu soneto "Toda yo soy tu obra dolorosa"), poeta paraguaia nascida nas ilhas Canárias, é feita por Jorge Aguadé Smith. A análise é especialmente sugestiva quando mostra que Josefina Plá aproveita matri-

zes tradicionais colhidas na Espanha, tanto temáticas, como formais, e as modifica a partir de um recorte “nacional”; no caso, o recorte é indígena. A **metáfora** é feita do material encontrável no Paraguai e usado na cultura indígena: em vez de mármore, barro queimado. A imagem é bela porque inclui o símbolo do fogo e a marca da pátina na colonização cultural e porque imobiliza a tradição (estátua) através de mãos que constroem cultura. Aparentemente não há **superação** da cultura de origem, mas tão somente **transformação**. Aguadé aborda também a produção recente de Josefina Plá e conclui dizendo o preço da produção cultural em sociedades dependentes e marginais: o isolamento.

Analisando as crônicas de João do Rio, Orna Messer constata o apelo irresistível da cidade sobre o escritor, que a contempla enquanto caminha, registrando flagrantes. Em seu amor e horror pela modernidade, o dândi examina o vagabundo e a miséria, monstruosos ambos. Ainda que a monstruosidade seja tematizada e entretida em narrativas brasileiras contemporâneas (penso em Rubem Fonseca e Moacir Scliar), a diferença entre a modernidade de fim do século passado, início deste (as duas décadas iniciais, mais precisamente) e o que seria já a pós-modernidade, é que então ainda havia a capacidade do espanto e o tempo para o ócio. (O encantamento diante da cidade poderia explicar o horror ou desprezo pelo seu contrário e, por extensão, pelo regionalismo?) O olhar amoroso pela cidade se compraz em surpreendê-la, mesmo que aos pedaços. Disparidade e contrastes são ingredientes importantes. O registro fracionado da década de 20 difere da fragmentação da década de 70. O olhar de 20 é amoroso. O de 70 é angustiado. Em 1920 representa-se a velocidade, a mudança, o flagrante. Em 1970, a falta de sentido de um todo sócio-político desorganizado e violentado. O olhar de 70 é amargo e denunciador. Em 20 representa-se ainda a distância entre o ficcionista e o mundo. Em 70 o ficcionista já é parte manipulada do mundo.

A ligação com a pós-modernidade é feita, neste conjunto de textos, pelo estudo que poderia parecer o mais distante. Ao mergulhar na música caipira e sertaneja, Marcos Antonio Siscar traça a trajetória da música sertaneja em direção à indústria cultural urbana, alheia à cultura caipira, capitalista, “moderna”. A levar em conta citação de Roberto Schwarz feita por Siscar, (“de 64 para cá a internacionalização do capital, a mercantilização das relações sociais e a presença da mídia avançaram tanto que [a busca de um fundo nacional genuíno] perdeu a verossimilhança”), caberiam algumas perguntas. A modernidade, que se iniciou com a constituição e definição das nacionalidades, foi superada pela internacionalização? Não há ambigüidades ou contradições neste internacionalismo? O olhar moderno que contemplava a multidão foi atraído pelo outro, esquecendo-se de si? A preocupação com a modernidade concebe a civilização como algo uno, como modelo a ser sugerido. Isto é, a unificação pela mídia, pelas guerras mundiais, pela polarização de potências, constrói mais que nunca o modelo da dominação pelo poder econômico, marcando os não desenvolvidos como exploráveis até mesmo pelo seu anseio em assemelhar-se aos poderosos.

O conjunto de estudos portugueses de fim do século passado, início deste, apresenta a angústia e tristeza portuguesas pela perda de seu prestígio político e econômico e a batalha para inserir-se no rol das nações modernas, pelo menos do ponto de vista cultural. Neste sentido creio que o estudo do **Fausto** de Fernando Pessoa, por Josiane Maria de Souza, acaba sendo sugestivo. Na trajetória iniciada pelo gregos do **mythos** ao **logos**, teríamos, via Fernando Pessoa, não um retorno do **logos** ao **mythos**, mas mais radicalmente, uma polarização entre **logos** e natureza. Só que a natureza não se desvela e a inteligência não chega a ela. O impasse da modernidade é o retorno ao desconhecimento, o afastamento entre inteligência e

natureza, que não consegue ser penetrada pelo saber, porque excessivamente fragmentada.

Este conjunto de textos, cada um com seu tom e ritmo, não consegue dar conta de um século de literatura e vida cultural brasileira, portuguesa, latino-americana e mesmo cabo-verdeana. Cada um está centrado em seu tema, tão pessoal como costumam ser os projetos na área de literatura, ainda que o debate promovido abrangesse uma coletividade. Existiu, aliás, desejo de se iniciar um debate, que foi possível pelo menos no momento das exposições de cada um dos palestrantes. Nosso desejo é que esta atividade de exposição oral e escrita, de troca, de reunião prossiga, para que se criem mais oportunidades de diálogo, mas também para que a cada tanto se tenha alguma perspectiva de conjunto das atividades da pós-graduação em Teoria Literária da UNICAMP, uma tentativa (entre tantas) de resistência à fragmentação deste século.

NOTAS

1. “O teto e a base”, in Brito Broca. **Pontos de referência**. Rio: MEC, 1962, p.105.

